


## O APAGAMENTO DAS IDENTIDADES INDÍGENAS NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

### THE ERASURE OF INDIGENOUS IDENTITIES IN THE EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (NATIONAL HIGH SCHOOL EXAMINATION)

 <https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-001>

Submetido em: 25/05/2026 e Publicado em: 01/06/2026

**José Augusto Souza dos Santos**

Mestre/doutorando em Letras, na área de Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe. Especialização em Estudos Linguísticos aplicados ao ensino de língua portuguesa pela Faculdade José Augusto Vieira. Graduado em Letras pela UniAges. Professor efetivo da rede municipal de Paripiranga. Vencedor Estadual do prêmio Professores do Brasil 2017. Vencedor do prêmio professor inovador 2019. Vencedor do Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora 2022. Finalista do prêmio professor Povir 2024. Mentor de carreira do Ensina Brasil. Autor do livro *Crônicas do Meu Lugar* (Filos Editora, 2023). Mentor de Carreira do Ensina Brasil. Suas principais pesquisas e publicações centram-se nas temáticas acerca do discurso de ódio contra docentes, ensino decolonial, tecnologia na educação e educação em tempo de pandemia.

#### RESUMO

A língua portuguesa é composta por diversas variantes e sofre várias transformações conforme a evolução da sociedade e tem em seu bojo a diversidade, a heterogeneidade e individualidade. Há a existência de fatores sociais e culturais que sustentam diferentes contextos e suas particularidades, portanto, a variedade linguística precisa ser respeitada e levada em consideração, principalmente na construção de políticas de larga escala, como é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Neste artigo, pretende-se apresentar uma análise sobre direitos linguísticos dos indígenas, investigando se estes indivíduos estão assegurados pertencidos e reconhecidos neste Exame, especificamente que já acontece desde 1998 no Brasil e que serve de critério para políticas de ingresso ao nível superior dentro e fora do país. Para embasamento teórico desta discussão dialogaremos com Abreu (2018); Guimarães (2007), Rajagopalan (2010), Severo (2013), Van Dijk (1999). Também fará parte do arcabouço de referências deste artigo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) como fonte de dados sobre o ENEM, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para uma leitura de cenário social a partir do Censo e levantamento de pesquisas acadêmicas e diálogos formativos que corroboram com este tema.

**Palavras-chave:** Povos originários; ENEM; Direitos Linguísticos; Linguística Aplicada.



## ABSTRACT

The Portuguese language is composed of several varieties and undergoes multiple transformations according to the evolution of society, encompassing diversity, heterogeneity, and individuality within its structure. There are social and cultural factors that sustain different contexts and their particularities; therefore, linguistic variation must be respected and taken into consideration, especially in the construction of large-scale policies such as the ENEM (National High School Examination). This article aims to present an analysis of the linguistic rights of Indigenous peoples, investigating whether these individuals are ensured a sense of belonging and recognition within this examination, which has been administered in Brazil since 1998 and serves as a criterion for higher education admission policies both nationally and internationally. The theoretical framework of this discussion is based on the works of Abreu (2018), Guimarães (2007), Rajagopalan (2010), Severo (2013), and Van Dijk (1999). This article also draws upon references from INEP (National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira) as a source of data on the ENEM, IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) for an understanding of the social context based on census data, as well as academic studies and educational dialogues that support this theme.

**Keywords:** Indigenous peoples; ENEM; Linguistic Rights; Applied Linguistics.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da cultura indígena sempre foi de lutas, lutas que se intensificam a cada dia, lutas que objetivam reconhecimento e respeito aos povos nativos, mas esse respeito e reconhecimento precisam ser vindo de fora, infelizmente essa minoria amargam dias de desafios para ter esse olhar. “O apoio às lutas indígenas sempre foi absolutamente necessário, constituindo um dos compromissos originários do Fundo Brasil. Isso agora se impõe ainda mais, diante dos ataques que se intensificam rapidamente”. (Amado, 2020, p.6). É desse apoio afirmado por Amado que o povo indígena necessita, eles só se sentirão pertencidos à sociedade se nós acolhermos como povo de direitos iguais e respeitados, mas pensando também na equidade, não adianta igualdade se não houver as mesmas armas para lutar.

Este artigo pretende apresentar uma análise sobre direitos linguísticos dos indígenas, investigando se estes indivíduos estão assegurados pertencidos e reconhecidos neste Exame. Deste modo, a metodologia escolhida para o desenvolvimento do trabalho será a pesquisa bibliográfica junto à análise dos cadernos de questões das provas de Língua Portuguesa buscando comparar as expectativas teóricas ao que é contemplado no ENEM e a pergunta que impulsionará a busca por respostas será: “*ENEM: Um exame realmente nacional? Então, por onde anda a cultura indígena em seus cadernos?*”.



Portanto, esta pesquisa, ainda, pretende trazer evidências e provocações com o intuito de fomentar a discussão sobre o apagamento da língua indígena no cenário educacional brasileiro, em especial no Exame Nacional do Ensino Médio e a dificuldade desse coletivo de acessar as políticas públicas educacionais, como por exemplo, o acesso ao Ensino Superior, por meio do PROUNI, o qual o ENEM é o passaporte.

## **2 UM EXAME NACIONAL: UM PANORAMA DESDE A SUA CRIAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS E A INVISIBILIDADE DO DIREITO LINGUÍSTICO DOS POVOS ORIGINÁRIOS EM SUAS EDIÇÕES**

Criado em 1998 o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), teve como proposta inicial avaliar o desempenho escolar de diferentes estudantes, ao fim da educação básica. A partir de 2009, aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser critério avaliativo para ingresso no nível superior.

Passados mais de 20 anos, desde sua primeira versão, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) calcula-se que mais de 100 milhões de brasileiros já se inscreveram dispostos a fazer o exame pleiteando um espaço nos diversos cursos de graduação nas universidades privadas e públicas, já que, o exame atualmente possibilita que os estudantes através das suas notas consigam participar de diferentes políticas de ingresso ao Ensino Superior. INEP:

As notas do Enem podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Elas também são aceitas em mais de 50 instituições de educação superior portuguesas. Além disso, os participantes do Enem podem pleitear financiamento estudantil em programas do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados do Enem possibilitam, ainda, o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

A reflexão que fica a cerca desse exame é o quanto a sua construção político- linguística não contempla a variedade linguística brasileira das minorias, em especial à comunidade dos povos originários. Ao fazer uma pesquisa no site do INEP, que apresenta o histórico de desenvolvimento do Exame, nota-se dados que realmente são importantes para se fazer uma leitura de cenário. Apresenta o percentual de inscritos, as ações adotadas para acessibilidade, o aumento da credibilidade ao exame e a sua expansão para que todas as universidades brasileiras utilizem os seus resultados como forma de ingresso, porém, não há um dado sequer dentro deste histórico de mais de vinte anos, mencionando sobre a diversidade cultural e regional dos diferentes públicos brasileiros. Destaque fica para o marco que está datado no ano 2003, o levantamento do perfil dos participantes:



A sétima edição do Enem utilizou um novo mapeamento do perfil dos participantes. Foi incluída no questionário socioeconômico uma questão referente ao ano de conclusão do ensino médio. Anteriormente, todos os participantes se declaravam concluintes por falta de opção. Com a mudança, os “treineiros” passaram a ser identificados e, em 2003, representaram 19% do total de 1.882.393 inscritos. As provas foram aplicadas em 31 de agosto, em 605 municípios. (INEP, 2003)

Ou seja, diante da diversidade de perfis de estudantes, o que está em relevância é a situação socioeconômica e o grupo geracional (ano de conclusão e idade das pessoas). Não tirando a relevância desses dados e outros que vem posteriormente à 2003. Entretanto, é importante a reflexão: Quem são essas pessoas por trás desses números? E aprofundando ainda mais esta provocação: Onde estão contabilizados os povos originários nesses diferentes perfis e quais são as estratégias adotadas para que o Exame Nacional do Ensino Médio seja democrático e garantidor de um acesso à educação que é direito de todos inclusive, linguisticamente.

Abreu (2018), aponta em uma de suas pesquisas sobre Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de linguagem que na Constituição Brasileira verifica-se, no § 2º do Art. 210, bem como no Art. 231, as normas que nacionalizam, de forma coletiva, todas as línguas dos grupos autóctones<sup>1</sup> do país:

Art. 201. [...] § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988, grifos nossos).(2018, p.68)

No Brasil, já existem algumas ações, ainda que iniciais, voltadas para o reconhecimento da nossa diversidade linguística. No entanto, ainda é preciso avançar muito para que essas iniciativas se transformem em políticas consistentes e duradouras, capazes de proteger as diferentes línguas que coexistem em nosso território. Sem esse cuidado, corremos o risco de ver o apagamento de saberes e memórias que resistem, dia após dia, diante da falta de políticas efetivas de direitos linguísticos.

Dados da Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19, realizada pelo IBGE em 2020, revelam os municípios com maiores números estimados de localidades indígenas no país. Esses números nos lembram da urgência em olhar com mais sensibilidade e compromisso para essas comunidades, que guardam não apenas modos de viver, mas também formas singulares de falar e de ver o mundo.

---

<sup>1</sup>(latim *autochton*, - *onis*, do grego *autókhthon*, - *on*)1. Que ou o que é natural do território onde vive. = ABORÍGENE, INDÍGENA, NATIVO ≠ ALIENÍGENA, ALÓCTONE, ESTRANGEIRO, FORASTEIRO *adjectivo de dois géneros*

2. Que pertence ao povo natural de um território.

3. Que tem origem no local onde se encontra ou onde se manifesta (ex.: *espécime autóctone; floresta autóctone*). ≠ ALÓCTONE



Como afirma Ngũgĩ wa Thiong’o (p. 26), “escrever em nossas línguas não é apenas uma questão de comunicação; é um ato de reafirmação de nosso patrimônio cultural, de nossa história e de nossa memória coletiva.” Essa ideia ecoa fortemente quando pensamos no Brasil: valorizar e preservar as línguas indígenas e quilombolas é uma forma de manter viva a alma de um povo, sua memória e sua identidade.

Figura 1 - MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO ESTIMADO DE LOCALIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS - 2019



Fonte: BASE DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS SOBRE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Ou seja, os municípios com maior população indígena e quilombola está na região Norte.

Agora vejamos os dados do último relatório Pedagógico do ENEM feito em 2012 que mostra a quantidade de indígenas inscritos no exame e o número de abstenção:

TABELA 1 – Quantidade de inscritos, participantes e taxas de abstenção do ENEM, por cor/raça – Brasil – 2011-2012

Cor/Raça	2011			2012		
	Inscritos	Participantes	Abstenção (%)	Inscritos	Participantes	Abstenção (%)
Branca	2.233.960	1.655.509	25,9	2.421.372	1.760.366	27,3
Preta	657.479	450.191	31,5	694.121	468.353	32,5
Parda	2.180.613	1.538.408	29,5	2.400.279	1.660.131	30,8
Amarela	123.058	89.735	27,1	132.320	94.779	28,4
Indígena	34.253	23.476	31,5	35.756	23.843	33,3
Não declarado	137.585	96.011	30,2	107.217	72.414	32,5
Sem resposta	13.908	10.323	25,8	-	-	-
Total	5.380.856	3.863.653	28,2	5.791.065	4.079.886	29,5

Fonte: Microdados ENEM 2011-2012 (Inep, 2012;2013)



O próprio documento aponta os indígenas como minoria e ressalta que acompanhados do grupo de cor/raça preta são os que mais abstiveram da prova, ou seja, não compareceram por algum motivo, sendo o percentual de abstinência maior do que a média nacional.

No ano de 2021, houve uma queda de mais de 50% no número de inscrições de pessoas declaradas Pretas, pardas e indígenas o que agrava ainda mais a diversidade e inclusão segundo uma pesquisa feita pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior <sup>2</sup>evidenciando o que chama de um “retrocesso na política de inclusão”.

A partir dessas informações, fica uma questão reflexiva: Quais os motivos para essas abstinências?

### **3 UMA ANÁLISE CRÍTICA E APLICADA DO DISCURSO E DO CONTEÚDO**

O presente estudo ancora-se na problematização da diversidade linguística no Exame Nacional do Ensino Médio. Após cruzarmos dados do INEP e IBGE para ter uma melhor leitura de contexto, nesta parte do artigo será aprofundado as discussões sobre o ENEM ser um material realmente nacional, diversos e democrático no campo linguístico.

A partir do momento em que políticas públicas de longa escala não são criadas na busca de atender essas minorias na garantia ao acesso ao exame, também não se tem um olhar cuidadoso e ativo na atribuição de características linguísticas que promovam pertencimento a este grupo que carrega em sua história tanta ancestralidade. Tem havido bastante discussões nas academias, buscando desconstruir a ideia da língua dominante e soberana, que inferioriza as várias línguas indígenas que resistem ao tempo e ao descaso, mas ainda vemos que as discussões continuam insuficientes, é preciso de mais pesquisa e mais diálogos para desconstruir com firmeza e assertividade a língua de um sistema colonizador que oprime e invisibiliza os grupos minoritarizados, negando, dessa forma, o espaço de fala dessa minoria (Silvestre, 2024)

Há um trabalho de pesquisadores linguistas da Universidade de São Paulo <sup>3</sup> apontando um aumento significativo de indígenas autodeclarados, mais especificamente cerca de 896.917, porém, há cada vez menos falantes, chegando apenas a 434.664 e esse dado desvela o fato de que muitos indígenas têm abandonado suas línguas devido ao preconceito histórico que é atribuído a estes grupos e acham que para uma aceitação social é buscar a obtenção de influência na língua portuguesa. Essa ação é perigosa, porque acaba fazendo com que o povo indígena entre num processo de apagamento de sua própria identidade, mas essa ação, infelizmente é cultural e histórica, pois muitos grupos invisibilizados se aproximam da língua do

---

<sup>2</sup> O **Instituto Semesp** é um centro de inteligência analítica criado pelo Semesp. Integrado por especialistas com sólida experiência no levantamento e análise de dados sobre o ensino superior, o Instituto desenvolve estudos, pesquisas, indicadores e análises estatísticas referentes ao setor.

<sup>3</sup> Pela sobrevivência das Línguas Indígenas: Com auxílio da tecnologia pesquisadores atuam para evitar desaparecimento de idiomas nativos existentes no Brasil.



colonizador para conseguir certa aceitação na sociedade e conseguirem, de certa forma, serem respeitados, e é a partir desse movimento que acontece o processo de apagamento social e linguístico.

(Malala, 2003), ativista paquistanesa afirma em seu livro “Eu sou Malala”, a importância da língua originária, de maneira sábia e orgulhosa. Segundo ela, devemos nos certificar de não esquecer a língua mãe. Porque se a nossa língua mãe não é falada, ela desaparece. Aprender a língua do colonizador para lutar contra ele, pode ser um perigo de ter sua língua mãe esquecida, é um momento de transição linguística que precisa ter cuidado. Seguindo o pensamento de Malala. A diversidade linguística deve estar associada a um profundo senso de pertencimento às identidades étnicas e culturais. Assim, torna-se possível reconhecer com mais cuidado a relevância das línguas originárias de cada povo (Sturza, 2024).

As cercas de 170 línguas indígenas são objetos de estudos na área da linguística, talvez, uma nova reformulação pedagógica e social do Exame Nacional do Ensino Médio pautada nessas pesquisas multiculturais ajude na vitalidade das línguas, e promova um efeito cascata bem positivo já que, o ganho para a sociedade com o ENEM valorizando o multilinguismo são muitos, como a documentação e registro de muitas línguas que sobrevivem apenas na oralidade (sendo passadas pelas gerações), produções de materiais didáticos mais robustos e, conseqüentemente, as aulas não só no Ensino Médio, mas em toda educação básica passará a dar uma maior visibilidade aos indígenas, não como grupos que são lembrados apenas no dia 19 de abril, no qual crianças saem pintadas das escolas como se esse modo de vida fosse uma mera fantasia, mas, partindo de uma visão diversa e inclusiva com intencionalidade pedagógica e humana.

O indiofuturismo<sup>4</sup> traz a perspectiva de um olhar para um futuro através do resgate da ancestralidade. É olhando para essa resignificação dos povos indígenas que novas medidas serão adotadas no campo da diversidade. Essas provas precisam passar também, antes de serem aplicadas, pela validação de pessoas indígenas e pesquisadores sobre o assunto, para que possam pontuar se dialoga com os signos e significados em uma esfera de identidade. Para reforçar este ponto temos Terborg, R.; García Landa, (2011) que dizem na pesquisa intitulada “Morte e Vitalidade das Línguas Indígenas e a pressão sobre os seus falantes”, que:

[...]. não custa lembrar que a sobrevivência das línguas está ligada à sobrevivência dos seus falantes, que precisam de identidades fortes e atitudes positivas em relação a si e à língua que falam, para que se interessem em transmiti-la às gerações seguintes, uma das condições para a vitalidade de uma língua. (p.705)

---

<sup>4</sup> indiofuturismo é um termo utilizado com o intuito de ser um movimento que vislumbra um novo processo e os diferentes modos de vidas que os indígenas levam. Há um enorme respeito à ancestralidade e cultura dos povos nativos, mas também, busca mostrar que esses indivíduos podem e devem fazer parte da sociedade e que um indígena não é apenas aquele que vive em comunidades tribais. Eles estão nas universidades, se manifestando artisticamente e politicamente.



No Brasil temos muito enraizado ainda uma cultura eurocêntrica e estadunidense que molda os comportamentos e ditam tendências, que acabam na maioria das vezes, sufocando o multiculturalismo nacional e tem como consequência a perda da sua identidade. Isso limita as discussões para um campo de progresso e torna cada vez sensível a luta pela resistência desses povos para se manterem vivos em sua essência.

Abreu (2018), fala dessa urgência de diferentes esferas se organizarem para este fim de valorização da cultura indígena no território:

Urge, na esfera dos três poderes constituídos da República, com maior destaque para o Poder Legislativo Federal, que se realizem estudos com vistas a dar à temática da gestão das línguas a importância que elas precisam ter na contemporaneidade, sob pena de continuarmos fomentando indiretamente o enfraquecimento e o desaparecimento da nossa diversidade linguística por conta dos obstáculos que nos são apresentados pela própria legislação nacional, pois essa tem deixado de servir como o mais seguro lócus de defesa para se transformar no lócus da omissão e da fragilização dos idiomas brasileiros. (2018, p. 73)

Olhar para a minoria não significa minimizá-la muito menos usar a Língua como forma de execrar. O ENEM não pode ser um instrumento de reforçar desigualdades e fortalecimento de dinâmicas de poder que oprimem e fragilizam maiorias em números, que na verdade se tornam pormenorizadas.

Reforçando essa linha, temos Rajagopalan (2010) que diz: “As pessoas comuns atribuem um grande valor emocional à sua língua. Na verdade, línguas são poderosas bandeiras de lealdade.” (Rajagopalan, p.12.)

A língua empodera, legitima um grupo, dá espaço e cria relações. Os indígenas têm por sua natureza o culto ao aprendizado a partir da troca de uns com os outros passando de gerações em gerações, com isso, a perpetuação da língua é mais do que forma, do que um meio de comunicação, mas um modo de manter uma cultura e uma história vivas e pertencidas.

A Linguística Aplicada, nesse caso, é uma importante forma de lançar luz nessas relações de poder na estrutura social e trazer para os (con)textos sociais e acadêmicos para instigar novas pesquisas que tornem visíveis as realidades linguísticas da comunidade indígena nas ações de acesso as políticas públicas que são legalmente de direito a essa classe que tanto luta por igualdade e equidade.

(...) “a Linguística Aplicada, como uma área transdisciplinar de estudos, procura dialogar com vozes e contribuições de outras áreas do conhecimento para instaurar campos de trânsitos e rupturas em um espaço fronteiro preocupado com a linguagem como prática social.” (Matos; Silva, p.190)

O caráter transdisciplinar da Linguística Aplicada, evidenciando que essa área não se limita aos estudos internos da linguagem, mas busca integrar saberes diversos. Ao dialogar com outras áreas, a LA cria espaços de trânsito, onde conhecimentos circulam, onde ideias hegemônicas podem ser questionadas.



Esse movimento ocorre em um “espaço fronteiro”, isto é, um lugar de encontro entre diferentes perspectivas, sempre entendendo a linguagem como prática social, situada e carregada de significados históricos e culturais.

Analisar sistematicamente como o ENEM favorece para uma produção de sentidos únicos e as formas e a naturalização ideológica de alguns discursos, é levar para discussão do quanto pode estar sendo uma tecnologia de dominação.

Agora passando para uma análise de conteúdo, no último relatório do ENEM feito, observando os exames de 2011 e 2012 disponibilizado no site do INEP - diz nas considerações finais, (p.211) que o objetivo do exame é “avaliar as competências e habilidades básicas desenvolvidas ao longo da educação básica até o final do Ensino Médio” e mais “em diálogo com o currículo dessa etapa de Ensino”. O documento apresenta nove competências a serem contempladas e dentre elas tem uma que aborda de forma bem específica, o que se espera no âmbito linguístico:

Quadro 1: Competência 6.

A **Competência 6** trata de três aspectos distintos: a identificação dos elementos coesivos que atuam no desenvolvimento e configuração de um gênero ou tipo textual; a análise da função predominante da linguagem; e a constituição da língua como forma de identidade e registro do patrimônio cultural.

Fonte: Relatório ENEM 2011.2012

Ao buscar provas anteriores, encontra-se questões com temáticas indígenas e até com um nível de aprofundamento linguístico importante como nos exemplos abaixo:



QUADRO 1 – QUESTÃO 130- ENEM 2013

ENEM 2013 • QUESTÃO 130

Na verdade, o que se chama genericamente de índios é um grupo de mais de trezentos povos que, juntos, falam mais de 180 línguas diferentes. Cada um desses povos possui diferentes histórias, lendas, tradições, conceitos e olhares sobre a vida, sobre a liberdade, sobre o tempo e sobre a natureza. Em comum, tais comunidades apresentam a profunda comunhão com o ambiente em que vivem, o respeito em relação aos indivíduos mais velhos, a preocupação com as futuras gerações, e o senso de que a felicidade individual depende do êxito do grupo. Para eles, o sucesso é resultado de uma construção coletiva. Estas ideias, partilhadas pelos povos indígenas, são indispensáveis para construir qualquer noção moderna de civilização. Os verdadeiros representantes do atraso no nosso país não são os índios, mas aqueles que se pautam por visões preconceituosas e ultrapassadas de “progresso”.

AZZI, R. **As razões de ser guarani-kaiowá**. Disponível em: [www.outraspalavras.net](http://www.outraspalavras.net). Acesso em: 7 dez. 2012.

**Considerando-se as informações abordadas no texto, ao iniciá-lo com a expressão “Na verdade”, o autor tem como objetivo principal**

- A expor as características comuns entre os povos indígenas no Brasil e suas ideias modernas e civilizadas.
- B trazer uma abordagem inédita sobre os povos indígenas no Brasil e, assim, ser reconhecido como especialista no assunto.
- C mostrar os povos indígenas vivendo em comunhão com a natureza, e, por isso, sugerir que se deve respeitar o meio ambiente e esses povos.
- D usar a conhecida oposição entre moderno e antigo como uma forma de respeitar a maneira ultrapassada como vivem os povos indígenas em diferentes regiões do Brasil.
- E apresentar informações pouco divulgadas a respeito dos indígenas no Brasil, para defender o caráter desses povos como civilizações, em contraposição a visões preconcebidas.



QUADRO 2 – QUESTÃO 17- ENEM 2010

ENEM 2010 • QUESTÃO 17

Coube aos Xavante e aos Timbira, povos indígenas do Cerrado, um recente e marcante gesto simbólico: a realização de sua tradicional corrida de toras (de buriti) em plena Avenida Paulista (SP), para denunciar o cerco de suas terras e a degradação de seus entornos pelo avanço do agronegócio.

RICARDO, B.; RICARDO, F. Povos indígenas do Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006 (adaptado).

**A questão indígena contemporânea no Brasil evidencia a relação dos usos socioculturais da terra com os atuais problemas socioambientais, caracterizados pelas tensões entre**

- A a expansão territorial do agronegócio, em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte, e as leis de proteção indígena e ambiental.
- B os grileiros articuladores do agronegócio e os povos indígenas pouco organizados no Cerrado.
- C as leis mais brandas sobre o uso tradicional do meio ambiente e as severas leis sobre o uso capitalista do meio ambiente.
- D os povos indígenas do Cerrado e os polos econômicos representados pelas elites industriais paulistas.
- E o campo e a cidade no Cerrado, que faz com que as terras indígenas dali sejam alvo de invasões urbanas.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>

Percebe-se que há tentativas de abarcar a cultura indígena no Exame, o que é de suma importância. Cada vez mais está sendo inserido palavras de diferentes vocabulários, referências a múltiplos grupos com seu arcabouço histórico e dados de pesquisas que estão sendo desenvolvidos. Contudo, o Exame ainda traz de forma secundária o multiculturalismo indígena, ficando limitado à alguma questão que aborda o tema. Em outras áreas do conhecimento, é escasso o espaço para linguagens indígenas como na matemática e suas tecnologias, por exemplo. Para Guimarães (2007, p. 65), no espaço linguístico brasileiro observa-se “a história específica da construção da representação que sobrepõe a língua oficial à língua nacional e que sobrepõe à língua materna, reduzindo a língua materna à língua nacional”.

Não se pode permitir mais atrocidades a grupos sociais violando o seu direito linguístico que deve ser um direito fundamental. A diversidade neste exame precisa começar na banca que elabora a prova, nas pessoas que validam as questões e que pensam no acesso destas. Atender a diversidade precisa romper os limites do caderno de questões e chegar às pessoas com equidade.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo importando de língua que é falado no Brasil e que é considerado o “modo certo” do Português tem assolado grupos indígenas que em contrapartida não conseguem resistir devido à dinâmica de poder que estrangula sua cultura e os fazem perder relações com a sua ancestralidade. Neste artigo foi apontado como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM- corrobora para que determinados grupos étnicos minoritarizados, não se sintam reconhecidos e contemplados. Os nativos sempre são silenciados nas provas, precisando se enquadrar em padrões impostos, por uma sociedade que traz em seu bojo um racismo linguístico que é estrutural.

O não acesso democrático ao ENEM deixa esse grupo sem seus direitos assegurados, visto que o exame traz consigo importantes políticas de acesso à universidades públicas e privadas. No ano de 2021, ainda em um cenário pandêmico, mais de 50% das pessoas que se autodeclararam indígenas não participaram do exame, e não houve qualquer medida que afirmasse a participação destes, havendo um acompanhamento desde a inscrição até o dia da prova deste grupo. O que se vê no Exame Nacional do Ensino Médio é um evidente apagamento da cultura linguística indígena e reforça o descompromisso da sociedade brasileira com os indígenas há mais de 500 anos.

É preciso que se invista em políticas linguísticas voltadas para esses grupos minoritarizados. É necessário que seus direitos linguísticos sejam respeitados. Nas pesquisas bibliográficas não foram encontradas evidências de que o Exame tem uma política de diversidade linguística e se escora em questões soltas que abordam de forma tímida alguns apontamentos, como vimos nas questões de provas diferentes presentes neste artigo.

#### REFERÊNCIAS

“AUTÓCTONE”. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/aut%C3%B3ctone>. Acesso em: 3 abr. 2025.

ABREU, Ricardo Nascimento. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil. *Revista da Abralín*, v. 17, n. 2, p. 46-76, 2018.

ANDRADE, Tadeu Luciano Siqueira. As minorias linguísticas no Brasil. *Direito em Movimento*, v. 18, n. 3, p. 236-258, 2021.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Do índio na web à web indígena. In: D’ANGELIS, Wilmar da Rocha; VASCONCELOS, Eduardo Alves (org.). *Conflito linguístico e direitos das minorias indígenas*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2011. p. 111-121.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. Corpos indígenas e justiça criminal no contexto social de Mato Grosso do Sul. In: ELOY AMADO, Luiz Henrique (org.). *Justiça criminal e povos indígenas no Brasil*. São Leopoldo: Karywa, 2020.



FARGETTI, Cristina Martins. Breve história da ortografia da língua juruna. *Estudos da Língua(gem)*, v. 1, p. 123-142, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx9re6wc>. Acesso em: 5 abr. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 4 abr. 2025.

LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. v. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

MATOS, Doris Cristina Vicente da; SILVA JUNIOR, Antônio Carlos. Linguística Aplicada Suleada. In: LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. v. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. p. 189-198.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SAVEDRA, Maria do Mar G.; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, p. 69-94, 2012.

STURZA, Eliana Rosa. Dicionários compartilhados: o repertório bi/multilíngue dos falantes fronteiriços. In: FAGUNDES, Angelise; FONTANA, Marcus V. L.; STURZA, Eliana; DAVIÑA, Liliana. *Cruzando fronteiras: os estudos culturais, a sociolinguística e as políticas linguísticas em regiões fronteiriças*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 23-41.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. *Descolonizando a mente: a política linguística na literatura africana*. Porto Alegre: Dublinense, 2025.

UNESCO. *Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas*. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.

YOUSAFZAI, Malala. *Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.